

CANDIOTTO, C. *A dignidade da luta política*: incursões pela filosofia de Michel Foucault. Caxias do Sul: EDUCS, 2020.

Daniel Verginelli Galantin (Da

Introdução

O novo livro de Cesar Candiotto é resultado de suas últimas pesquisas financiadas pelo CNPq e apresenta algumas semelhanças com a postura de Foucault. Trata-se de fazer com que a filosofia atravesse e seja atravessada pela atualidade à qual ela pertence, sem que isso signifique que ela se reduza a uma escrita sobre esta mesma atualidade. É neste sentido que a crise democrática pela qual passa o Brasil, potencializada e potencializadora da crise sanitária da pandemia de COVID-19, a extensão planetária da lógica de mercado, e as lutas antirracistas que ganharam mais visibilidade com o assassinato de George Floyd nos EUA, se entrecruzam com este livro. Muito embora esses elementos da atualidade não sejam o tema direto através do qual a reflexão é realizada, como em alguns casos dos escritos de Foucault, contudo eles são claramente abordados pelas consequências da fina análise do pensamento foucaultiano que é proposta. Por conseguinte, esse livro certamente será um ótimo interlocutor tanto para pesquisas que verticalizam o foco no pensamento foucaultiano, quanto para as pesquisas que visam usar o pensamento foucaultiano enquanto uma caixa de ferramentas que fornece um instrumental teórico-metodológico, quanto ainda para leitores menos avançados no pensamento de Foucault.

^a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Doutor em Filosofia, e-mail: d.galantin@gmail.com

O recorte do livro é focado nos *Ditos e Escritos* e nos cursos, mostrando como, hoje, o desenvolvimento do pensamento de Foucault não pode ser estudado tomando como base apenas os livros. Nos livros temos saltos muito abruptos que são melhor compreendidos através da leitura das entrevistas, conferências e cursos. No plano metodológico, o livro de Candiotto acaba sendo um exemplo de que um trabalho com este recorte da produção, geralmente será mais completo que um trabalho que se restrinja apenas aos livros publicados. Isso não significa que possamos concluir uma superioridade conceitual dos *Ditos e Escritos* e dos cursos em relação aos livros, mas apenas que neles encontramos mais nuances e mesmo conceitos presentes apenas neles, os quais não são menos importantes por isso.

Teoria e militância. Foucault e Marx.

Trata-se de um livro que toca questões de complexa resolução, como a relação entre militância política e atividade intelectual, presente no Capítulo I. Candiotto tenta evitar explicar a elaboração filosófica foucaultiana apenas pelo contexto, ou explicar a obra pela vida, demarcando assim sua diferença para com outros autores (CANDIOTTO, 2020, p. 27). Explicar a obra pela vida levaria a um psicologismo que Foucault sempre evitou, e cujo rechaço pode ser encontrado em O que é um autor? (FOUCAULT, 2001a, pp.817-849). Mas a abordagem também evita explicar o desenvolvimento do pensamento foucaultiano de modo autoreferencial, como se ele fosse desconectado do contexto da pesquisa. A sóbria opção é o caminho de "tentar relacionar sua vida militante ao seu labor intelectual mediante cruzamentos recíprocos e seus respectivos deslocamentos no interior da problematização do poder" (CANDIOTTO, 2020, p. 25). Cabe ressaltar que esta opção não se resume a um caminho intermediário para evitar os extremos dos dois lados, mas é resultado tanto de extensa análise da produção escrita primária e secundária, quanto do contexto local e mundial da pesquisa de Foucault — da adesão da França ao neoliberalismo com Giscard e sua propagação mundial, aos acontecimentos insurrecionais que resultaram naquilo que posteriormente ficou conhecido enquanto a revolução iraniana.

Dentre as várias discussões apresentadas, ressaltamos que o livro mostra um diálogo de Foucault com o marxismo que, para além do simples distanciamento, também é positivo

e que poucos comentadores ressaltam. Evidentemente, o livro não deixa de passar pela grande e importante crítica de Foucault ao binômio ideologia-ciência no marxismo, assim como menciona a critica à sua tentativa de reclamar para si o estatuto de ciência. Contudo, igualmente importante é o momento em que Foucault adentra em mais matizes do pensamento marxista, e aponta que a mais-valia não pode existir sem se articular também a um sobrepoder e a um sobressaber (ou mais-poder e mais-saber). Ao que tudo indica, nesse momento Foucault faz uma crítica que também abre um diálogo mais profundo com Marx — um diálogo que sempre parte de posições distintas, e que não se resume a um acordo, mas que possibilita uma troca. Esse diálogo fica evidente nos Capítulos I e II, que se focam no período de *Teorias e instituições penais*, e *A sociedade punitiva*. Tal diálogo tem como pano de fundo a história do início da industrialização e do operariado feita por Foucault, e pode ser resumido da seguinte maneira:

Afinal, não basta extrair do trabalhador sua 'força de trabalho'; trata-se de extrair dele algo mais: sua experiência, sua técnica, sua memória e seu saber. Esse saber, enquanto ele forma parte do trabalhador, é objeto de desqualificação, mas quando ele é dele expropriado e transformado em saber industrial e patronal (universitário?), torna-se um saber supostamente nobre, neutro e desinteressado (CANDIOTTO, 2020, p. 61).

Foucault mostra que a industrialização deu seus primeiros passos mobilizando o roubo de saberes provenientes dos artesãos no contexto das manufaturas, o que gerou movimentos de luta: a tentativa dos operários para fazer inquéritos sobre suas condições, por eles mesmos, sem deixar que outros falassem em seus nomes; a luta por uma escola pública e gratuita seria outro exemplo. Em termos marxistas, isso equivaleria a dizer que as forças de produção não poderiam ter se desenvolvido da maneira que se desenvolveram sem que houvesse um sobressaber e um sobrepoder. Isso sugeriria a revisão da hierarquia marxista entre infraestrutura e superestrutura, de modo a admitir relações muito mais complexas de uma com relação à outra — e não a mera determinação da última por parte da primeira. Da mesma maneira, como bem observa Candiotto, para Foucault, os vínculos entre os indivíduos e os aparelhos de produção são operados pelo poder, e não por qualquer assunção do trabalho enquanto dimensão inerente e definidora do homem:

À diferença de Marx, Foucault considera que a força de trabalho já é o efeito de uma relação de poder, e não a essência da individualidade viva e desalienada, distanciando-se da tradição do marxismo antropológico herdado da *Grundrisse*. Por isso é que Foucault se afasta da concepção segundo a qual o tempo de vida do indivíduo é o trabalho, ao preferir sustentar que esse tempo é composto, antes, pela festa, pelo lazer e pelo prazer (CANDIOTTO, 2020, p. 73).

De toda maneira, essa composição entre sobressaber, sobrepoder e mais-valia nos convida a pensar em processos que ocorreram posteriormente ao período analisado por Foucault. Com as devidas ressalvas, talvez ele permita pensar aquilo que parece já estar ocorrendo hoje com o roubo dos saberes indígenas sobre drogas, por parte da indústria farmacêutica e mesmo do turismo¹ (especialmente de substâncias psicotrópicas). Em outra dimensão, essa grade de análise pode ser usada para investigar aquilo que ocorreu com a internet. Inicialmente, esta foi pensada e usada enquanto um ambiente de troca de informações entre universidades, espaço de programação e de invenção de softwares livres e de código aberto, de exposição e contestação política para além das barreiras editoriais dos grandes conglomerados midiáticos. Essa dimensão da internet parece ter sido muito explorada até a primeira década do século XXI, e teve a América Latina como região promissora. Contudo, até o momento atual, passamos por um processo de criação de enclosures virtuais, com a internet se tornando um espaço privado dominado por poucos gigantes que conseguem extrair quantidades imensas de informações sobre os usuários através de algoritmos meta-dados. Desta maneira, possível direcionar e torna-se comportamentos de massas e até decidir eleições.

A questão da dignidade e sua fundamentação

O livro de Candiotto ainda sustenta uma hipótese original acerca do pensamento foucaultiano, a qual consta no próprio título. Trata-se da dignidade das lutas políticas, da qual Candiotto também extrai uma normatividade no pensamento

_

¹ Sobre isso ver a reportagem de Ernesto Londoño e Adam Ferguson, publicada no The New York Times e editada pelo Estadão. Disponível em: https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,terapia-psicodelica-atrai-veteranos-para-retiros-na-selva,70003431500. Acesso em: 05 nov. 2020.

de Foucault. Essa hipótese parece ser desenvolvida de modo mais intenso no capítulo IV, no qual a hipótese da dignidade aparece conjuntamente com uma análise dos textos sobre as insurreições e sobre o direito dos governados.

Se tomássemos como base o pensamento de Kant na Fundamentação da metafísica dos costumes, a noção de dignidade seria um desdobramento do imperativo categórico: "devo proceder sempre de tal maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal" (KANT, 1984, p. 115). Para Kant essa é a forma com que a razão consegue produzir uma vontade que seja boa por si mesma, completamente apartada de nossas inclinações, o que nos confere autonomia. Isso desemboca num questionamento sobre o reino dos fins, quando aparece a figura da dignidade enquanto aquilo a que não pode ser atribuído um preço, porque aquilo que é digno não tem algo que lhe seja equivalente (KANT, 1984, p. 140). Evidentemente, aquilo que é objeto de dignidade, e que não tem equivalência, são os outros seres racionais (o que não era pouca coisa numa época de escravização legalizada e altamente lucrativa). Já em Schiller, a dignidade é a expressão do controle dos impulsos pela razão, e, embora não seja moralmente bela como sua harmonia (que recebe o nome de graça), ela é moralmente grande (SCHILLER, 1985, p. 52).

Contudo, nestes casos do pensamento moderno a dignidade tem uma base fundamental: a razão, ou um uso específico da razão. Mas qual seria a base da dignidade em Foucault? Como é amplamente conhecido, o pensamento foucaultiano é propositalmente avesso a toda forma de fundamentação transcendental, o que repercute nas passagens do livro em que encontramos definições negativas desta base (CANDIOTTO, 2020, p. 134).

Avancemos um pouco mais nesse mesmo raciocínio, pois talvez com ele possamos encontrar indícios dos motivos pelos quais Foucault considera as lutas políticas enquanto sempre dignas de respeito. Sabemos que Foucault sempre se afasta de todo universal antropológico, e que ele mostra quão frágeis são os princípios políticos universais aos quais se arroga a capacidade de bloquear os abusos do poder. Mas pouco sabemos sobre qual a proveniência do respeito que se deve ter para com uma singularidade que se revolta. Se, como afirma Candiotto, do fato de que todo poder seja perigoso, não se deriva que todos os poderes sejam igualmente perigosos (CANDIOTTO, 2020, p. 139), podemos rebater essa afirmação para as revoltas e

perguntar se todas elas são igualmente dignas? Tudo indica que sim, pois a dignidade das lutas políticas diz respeito ao combate aos excessos do poder e em prol de sua desestabilização permanente (o que impede que se afirme a dignidade de revoltas conservadoras, por exemplo). Contudo, também não temos qualquer regra que nos sirva de critério para separar aquilo que é excesso do poder daquilo que não é.

Será então que essa normatividade seria sem fundamento, uma vez que sua fonte parece ser justamente o agonismo entre as relações de poder e a intransitividade das lutas (FOUCAULT, 2001b, p. 1057-1058)? Esse agonismo tem implicações precisas no pensamento foucaultiano: as revoltas e insurreições, em suas diversas escalas e intensidades, são aquilo que interrompe as continuidades, tanto da história quanto da formação dos sujeitos. As revoltas e insurreições em diferentes escalas são a razão pela qual, por mais interminável que seja o exercício do poder, nunca nos depararemos com uma forma finalizada de poder, seja ela justa ou opressiva. Da mesma maneira, também nunca poderemos nos deparar com uma forma de ser sujeito finalizada, seja ela uma pretensa decadência ou encontro do homem com sua essência e desenvolvimento pleno de suas potencialidades. As revoltas e insurreições são o sinal do inacabamento tanto da história quanto das formas de ser sujeito; são elas que estabelecem quais são os excessos do poder, e não qualquer regra derivada de um fundamento imóvel ou consensos de uma razão comunicativa. Neste sentido, é sintomático que na conferência de Foucault sobre a crítica em 1978, a crítica seja descrita enquanto uma arte de não ser tão governado assim. Neste caso, toda crítica e toda contraconduta que ela mobiliza têm uma limitação histórica (um "assim") e nunca poderá atingir uma finalização ou acabamento.

Para resumirmos a forma com que a dignidade da luta política e a normatividade do pensamento foucaultiano são tratadas por Candiotto, talvez devamos examinar o final do artigo *Inútil revoltar-se?* Pois ele carrega claramente esse vocabulário da dignidade que orienta o livro de Candiotto:

Os intelectuais, hoje em dia, não têm muito boa 'fama' [bonne 'presse' no original]: acredito poder empregar essa palavra em um sentido bastante preciso. Não é, portanto, o momento de dizer que não se é intelectual. Nesse caso eu só faria os outros rirem, aliás. Sou um intelectual. Se me perguntassem como concebo o que faço, responderia que, se o estrategista for o homem que diz: 'que importa tal morte, tal grito, tal insurreição em relação à grande necessidade do conjunto, e que me

importa, em contrapartida, tal princípio geral na situação particular em que estamos', pois bem, para mim, é indiferente que o estrategista seja um político, um historiador, um revolucionário, um partidário do xá ou do aiatolá; minha moral teórica é inversa. Ela é 'anti-estratégica': ser **respeitoso** [nosso grifo] quando uma singularidade se insurge, intransigente quando o poder **infringe o universal** [nosso grifo]. Escolha simples, obra penosa: pois é preciso ao mesmo tempo espreitar, por baixo da história, o que a rompe e a agita, e vigiar um pouco por trás da política o que deve incondicionalmente limitá-la. Afinal, é meu trabalho; não sou o primeiro nem o último a fazê-lo. Mas o escolhi (FOUCAULT, 2001b, p. 794).

Muito embora Foucault tenha trazido a figura do respeito à singularidade que se insurge e a intransigência no enfrentamento a um poder que infringe o universal, a figura do universal é claramente alvo de suspeita no parágrafo anterior do mesmo texto, o que poderia causar a impressão de uma contradição:

Isso² é inseparável de outro princípio: é sempre perigoso o poder que um homem exerce sobre o outro. Não digo que o poder, por natureza, seja um mal; digo que o poder, por seus mecanismos, é interminável (o que não significa que ele seja todopoderoso, muito pelo contrário). Para limitá-lo, as regras jamais são suficientemente rigorosas; **jamais os princípios universais serão suficientemente severos** [nosso grifo] para desapropriá-lo de todas as ocasiões de que ele se apodera. Ao poder é preciso sempre opor leis intransponíveis e direitos sem restrições (FOUCAULT, 2001b, p. 794).

Essas duas passagens, que apresentamos em ordem inversa com relação ao texto, não carregam uma contradição. Temos duas menções distintas ao universal nesse mesmo texto. Se nos atentarmos, veremos que os princípios universais que Foucault diz serem insuficientes para limitar o poder são os direitos pensados no âmbito jurídico-político. Já a intransigência assumida quando o poder infringe o universal tem um sentido diferente: neste caso Foucault parece estar se referindo ao direito dos governados. Trata-se de um direito que deriva do agonismo das lutas e que, por isso, jamais poderá ser definido de antemão e nem poderá estabilizar-se numa codificação jurídico-política definitiva, pois ele não ocupa o lugar do soberano. Este mesmo agonismo também é responsável pelo inacabamento tanto da história quanto das formas de ser sujeito, tal como mencionamos anteriormente. É neste segundo

_

² Foucault refere-se à sua postura de nunca qualificar ou desqualificar uma sublevação partindo do princípio da teleologia deste movimento, uma vez que as insurreições se caracterizam justamente por fazerem com que o tempo dos homens seja o da história, e não o do progresso.

sentido do termo "universal" que se situa a dignidade da luta política e a normatividade que Candiotto destaca no pensamento foucaultiano.

Insurreição e disposição moral

Pensamos que outro ponto importante para a afirmação da dignidade da luta política estaria na disposição moral que Foucault vincula a toda forma de revolta de conduta e de insurreição (CANDIOTTO, 2020, p. 138-139). Isso significa que toda luta política também diz respeito a uma mudança na relação que se tem consigo mesmo e com os outros, o que se torna cada vez mais claro a partir do estudo das relações de poder enquanto modos de condução de conduta. Esse é outro ponto fulcral do livro, que se desdobra na reflexão sobre a parresía, mas que também marca a conclusão, quando são evocados os temas da conversão à revolução e da vida militante. Essa figura da disposição moral aparece com força na conferência Qu'est-ce que la critique?, de 1978, especialmente quando Foucault define a crítica enquanto uma "virtude" e até mesmo uma "virtude em geral" (FOUCAULT, 2015, p. 35). Judith Butler ressalta com maestria esse vínculo entre crítica e virtude em sua conferência sobre essa reflexão de Foucault. Não se trata de uma virtude no sentido de uma regra moral, nem na conformação a princípios. Trata-se da disposição em arriscar-se a enfrentar e questionar os limites de um campo de normatização social que é o campo que constitui a nós mesmos enquanto sujeitos. Logo, a virtude apelaria a uma arte de desprender-se de si mesmo, a qual sempre se desenvolve num campo político (BUTLER, 2001).

Muito embora fosse possível terminar essa resenha com a referida questão teórica da dignidade, pensamos que a reflexão de Foucault sobre as insurreições e sua dimensão ética pode ser evocada para a compreensão de um passado próximo de nosso contexto brasileiro. O livro de Candiotto pode nos ajudar a lançar luz em dois exemplos lutas políticas. Em ambos encontramos sinais de uma prática de desprendimento individual e coletivo com relação a certas formas de ser sujeito, de modo a articular ética e política. Faço referência a um episódio específico de 2013 no Brasil, e a parte do ativismo em torno às questões ambientais.

Durante asa manifestações de junho de 2013, antes do supra-partidarismo se transformar em anti-partidarismo, e antes das pautas progressistas terem sido suplantadas por uma agenda conservadora, foi muito emblemático o fato de vários atos em prol da revogação do aumento da passagem e do fim da violência policial perguntarem enfaticamente: onde está o Amarildo? Amarildo Dias de Souza era um ajudante de pedreiro morador da Rocinha no Rio de Janeiro. Ao sair de um bar, foi abordado por policiais, conduzido a uma UPP de onde nunca mais saiu. Hoje se sabe que ele foi torturado pelos policiais na própria UPP, não resistiu à tortura, e seu corpo nunca mais foi encontrado. Em alguns noticiários do período se aventou que ele tinha ligação com o tráfico (o que foi desmentido em seguida), como se isso de algum modo tornasse justificável tortura, assassinato e ocultação de cadáver por parte de agentes públicos³. Em quase todas as manifestações da época, um dos gritos de ordem era a pergunta: 'Cadê o Amarildo?'.

Casos como o de Amarildo ocorriam seguida e rotineiramente até então, mas eles se tornaram inaceitáveis — ao menos por um determinado momento. Nada explica por que os casos anteriores não desencadearam a mesma reação. Mas aquilo que era aturado pela sociedade tornou-se insuportável, e os mortos pela polícia passaram a ter nome e não apenas estatística. O corte econômico, étnico-racial e de gênero que separa a categoria de "cidadão de bem", do enorme grupo de suspeitos quase-culpados, ou de vagabundos, negando cidadania efetiva à grande maioria da população, foi colocado em questão e vários outros casos foram lembrados. Casos semelhantes se tornaram inaceitáveis. Esse foi notadamente um ponto de virada possível na formação da sociedade brasileira. Certamente, para muitos que estavam nas manifestações de 2013 perguntando por Amarildo, a não aceitação com relação a casos como esse já existia antes, e as manifestações foram uma ocasião para manifestar essa inaceitação e cobrar uma mudança nas políticas de segurança pública. Contudo, outras pessoas que eram indiferentes à violência policial passaram ver os problemas dessa realidade, e logo se passou a pensar como o combate à exclusão social se articulava às demandas por transporte público. Então se torna claro que essas

³ Para um resumo do caso Amarildo, ver o texto de Cassiano Martines Bovo, disponível em: http://www.justificando.com/2019/07/10/seis-anos-depois-e-ainda-perguntamos-onde-esta-o-amarildo/ acessado em 06/11/2020.

demandas por direitos extremamente básicos, junto a uma reorganização das políticas públicas, exigiam também uma reorganização ético-afetiva. Do mesmo modo que se torna evidente como a reação que visa impedir essas transformações também se articula a certa disposição ético-afetiva.

Finalmente, quando pensamos algumas lutas políticas em torno ao meio ambiente, elas também parecem mobilizar essa dimensão ética. Até certo ponto, as lutas políticas em torno à interrupção das mudanças climáticas e em defesa de outra relação com o meio-ambiente também se articulam a uma transformação ética. Não mais considerar o homem enquanto ser superior capaz de transformar a natureza indefinidamente, passar a pensar as relações de interdependência entre todos os seres vivos e para com o meio físico em que eles vivem, implica em profundas mudanças econômicas e políticas, mas também em mudança nas condutas. Se a postulação do inconsciente pela psicanálise, a investigação das bases gramaticais e linguísticas (pela filologia e linguística) de um pensamento que se imaginava ser universal, assim como o estudo dos sistemas culturais pela antropologia estrutural provocaram um descentramento do homem, agora o estudo global dos equilíbrios biológicos e químicos parecem reforçar e acrescentar outra dimensão a esse abalo.

Essa mudança não se refere exatamente à desestruturação do duplo empíricotranscendental (embora possa estar ligada a essa desestruturação), mas à de um
determinado *ethos* que se articula a certa forma de economia, de política (no sentido
foucaultiano mais amplo do termo), e que não tem mais um discurso verdadeiro para
se sustentar — a não ser teorias conspiratórias e tentativas de reviver valores
reacionários. Logo, o sintoma dessa interligação entre ética e política nas lutas para
frear o aquecimento global também pode ser verificada nos movimentos reativos que
querem negá-las⁴. Uma matéria da revista The New Republic menciona que
pesquisadores da Universidade Chalmers, na Suécia, estão investigando as ligações
entre anti-feminismo e negacionismo climático na extrema direita em diversas partes

_

⁴ Em seu artigo "Apenas um new deal verde pode conter o eco-fascimo", a jornalista Naomi Klein, contudo, chama atenção para a eminente possibilidade de a extrema direita mundial deixar de negar as mudanças climáticas, mas aceitá-la de modo a usá-las para promover xenofobia, misoginia e as desigualdades econômicas. Cf. https://theintercept.com/2019/09/20/apenas-um-new-deal-verde-pode-conter-o-eco-fascismo/. Acesso em: 07 nov. 2020.

do mundo. A pesquisa detectou que os ataques a figuras públicas que lutam para barrar políticas que causam o aquecimento global, como Greta Thunberg e Alexandra Ocasio-Cortez, são geralmente alvo de ataques que usam de expedientes machistas ou capacitistas (Greta é portadora de síndrome de Asperger e as duas são mulheres). Em suas pesquisas, eles acabaram concluindo que as pessoas que partilham de ideais conservadores, hoje, tendem a encarar o ativismo climático enquanto uma ameaça a uma sociedade industrial de dominação masculina que lhes conferia uma identidade:

Hultman me disse que a conexão tem a ver com um sentimento de identidade de grupo que eles percebem enquanto ameaçada por todos os lados. Eles se consideram sitiados tanto pela crescente igualdade de gênero – Hultman menciona o choque sentido por vários homens com o movimento #metoo – e agora pelo ativismo climático que desafia seu modo de vida. Então, homens reacionários motivados pelo nacionalismo de direita, antifeminismo e negacionismo climático sobrepõem e articulam essas visões⁵.

A própria reação às lutas políticas em torno das mudanças climáticas parece ser um sintoma de que toda mobilização política fomenta e requer determinadas maneiras de contraconduta. As lutas contra as mudanças climáticas (ou pelo menos as mais interessantes dentre elas) inevitavelmente também trazem consigo uma mudança na relação que se tem para consigo, para com os outros, e mesmo para com os outros seres vivos e o mundo. A escolha de alguns ativistas, que atravessam continentes em viagens de barco a velas ou movidos à energia solar, embora dificilmente seja estendida aos outros, é apenas um exemplo que coloca em questão nosso ritmo de vida que se esgota em trabalho e consumo. Dentre as pautas ambientalistas também encontramos a necessidade de sermos menos orientados pela competição e mais pela cooperação, assim como a necessidade de mudanças radicais na economia. Tudo isso acaba gerando reações por outro lado; reações potencializadas pelos algoritmos das redes e notícias falsas, mas que precisam explorar medos que já existiam. De toda maneira, é muito claro que aquilo que se sente ameaçado é uma determinada normatização social articulada a uma economia predatória, a relações de gênero pautadas pela dominação masculina e identitarismo, e uma concepção exclusivista de humanidade. Deste modo, a luta por transformação política sempre se mostra articulada ao exercício de uma vida

⁵ A reportagem The Misogyny of Climate Deniers é de Martin Gelin. Cf. https://newrepublic.com/article/154879/misogyny-climate-deniers. Acesso em: 07 nov. 2020.

outra (ter relação outra com o meio ambiente, para com a binariedade de gênero, uma relação outra para com a produção e distribuição de riquezas, para com o espaço urbano e a segurança pública). Nada disso pode ser feito sem um esforço para desprender-se de si mesmo, o que recoloca os temas da conversão à revolução e da vida militante.

Bibliografia

BUTLER, J. What is Critique? An Essay on Foucault's Virtue. 2001 Disponível em: http://eipcp.net/transversal/0806/butler/en. Acesso em: 10 nov. 2020.

CANDIOTTO, C. A dignidade da luta política: incursões pela filosofia de Michel Foucault. Caxias do Sul: EDUCS, 2020.

FOUCAULT, M. Dits et écrits. vol I. Paris : Gallimard, 2001a.

FOUCAULT, M. Dits et écrits. vol II. Paris : Gallimard, 2001b.

FOUCAULT, M. Qu'est-ce que la critique? suivi de La culture de soi. Paris: Vrin, 2015.

KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. *In: Os pensadores – Kant II.* São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SCHILLER, F. Sobre la gracia y la dignidad. Barcelona: Iracria Editorial, 1985.

Matérias jornalísticas

GELIN M. *The Misogyny of Climate Deniers*. Matéria de 28/08/2019 publicada na The New Republic. Disponível em: https://newrepublic.com/article/154879/misogyny-climate-deniers. Acesso em: 07 nov. 2020.

KLEIN N. *Apenas um new deal verde pode conter o eco-fascimo*. Texto jornalístico de 20/09/2019 publicado no The Intercept. Disponível em:

https://theintercept.com/2019/09/20/apenas-um-new-deal-verde-pode-conter-o-eco-fascismo/. Acesso em: 07 nov. 2020.

LONDOÑO E.; FERGUSON A. Terapia de psicodélicos atrai veteranos para retiros na selva. Matéria de 12/09/2020. Disponível em:

https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,terapia-psicodelica-atrai-veteranos-para-retiros-na-selva,70003431500. Acesso em: 06 nov. 2020.

RECEBIDO: 12/11/2020

APROVADO: 13/11/2020

APPROVED: 11/13/2020